



Relatório
de Gestão
e Contas
da **ASSP**
2020



ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DOS PROFESSORES

ÍNDICE

I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSP	5
1. Enquadramento	
2. Atividades da Direção Nacional	
3. Atividades das Delegações	
II - RELATO ECONÓMICO E FINANCEIRO	8
III - APLICAÇÃO DE RESULTADOS	17
IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	18
V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	21
VI - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL	30
VII - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	32

I - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DA ASSP

1. Enquadramento

Durante os meses de Janeiro e Fevereiro a atividade da ASSP desenvolveu-se conforme a planificação prevista.

Em Março, o país foi surpreendido pela pandemia COVID-19. A partir daí toda a vida da ASSP se alterou.

2. Atividades da Direção Nacional

A Direção Nacional da ASSP (DN) tomou posse em Janeiro de 2020.

Nos termos dos atuais Estatutos, a DN define para a gestão corrente a sua própria estratégia interna, apoiada na lógica de desenvolvimento de projetos.

Nas suas reuniões de Janeiro e Fevereiro, foram considerados prioritários os seguintes Projetos:

- ▶ Projeto 1 – Angariação de Novos Associados e Comunicação Externa
- ▶ Projeto 2 – Comunicação Interna / Associados / Delegações / Funcionários / DN
- ▶ Projeto 3 – Recursos Humanos
- ▶ Projeto 4 – Residências e Outras Estruturas
- ▶ Projeto 5 – Projetos ASSP XL e TSM
- ▶ Projeto 6 – Novos Projetos
- ▶ Projeto 7 – Área Financeira / Fornecedores / Central de Compras / Controlo de Tesouraria / Relações com Bancos
- ▶ Projeto 8 – Inventário da Associação

Devido à Pandemia a ASSP foi obrigada a tomar um conjunto de medidas, verdadeiramente excecionais. Assim:

- Foram criados Planos de Contingência para as principais estruturas da ASSP;
- Foram criadas novas metodologias de trabalho por parte da DN, de forma a poderem ser cumpridas as reuniões a que está estatutariamente obrigada;
- Foram redefinidas prioridades, em particular no que respeita à área financeira, i.e., a prioridade deixou de ser a progressiva redução da dívida, para passar a ser a garantia do volume de fundos necessário para fazer face à Pandemia nas Residências, incluindo os mais vulneráveis – os Residentes, mas também os funcionários;
- Foram encerradas as Delegações, a Casa da Torre e a Casa Albarraque Costa;
- Foram, praticamente, encerrados os projetos TSM e ASSPXL;
- Foram colocados em teletrabalho os trabalhadores da Sede, das Delegações e um funcionário da Casa da Torre, ficando os restantes em layoff.

Apenas 4 estruturas da ASSP mantiveram a sua atividade: as Residências.

Mesmo antes da DGS obrigar à existência de Planos Contingência, já as Residências ASSP tinham elaborado e posto a funcionar rigorosos Planos de Contingência que implicaram enormes custos humanos e financeiros.

Houve um esforço extraordinário dos funcionários das Residências neste período terrível de Pandemia.

As Residências tiveram um ou outro caso de COVID 19, mas nenhuma teve propriamente um surto de casos desta doença, nem óbitos por esse motivo.

A responsabilidade da gestão das Residências tornou-se enorme. A saúde de 130 Residentes, bem como a dos respetivos Funcionários, dependia da tomada de decisões corretas e atempadas. Desenvolveram-se múltiplos contactos e diligências junto da DGS e da ALS, com vista a encontrar as melhores soluções para a defesa da saúde dos Residentes e dos Funcionários destas estruturas.

Apesar dos constrangimentos, foram efetuadas reuniões mensais com as Direções das Residências, para acompanhar a crescente evolução das despesas e contactos permanentes a qualquer hora de dia ou noite, para assegurar o apoio na resolução de problemas emergentes.

Registou-se um tremendo desgaste emocional, não só nas vidas privadas de todos os envolvidos, mas também na gestão global de uma Associação com quase 11.000 associados e 150 trabalhadores.

Como acima foi referido, a Gestão Financeira passou a ter um outro enfoque que era permitir que a Associação tivesse os recursos suficientes para fazer face à situação decorrente da Pandemia e do natural aperto do crédito que esta, inevitavelmente, originará.

A registar ainda o facto de ter sido possível proporcionar aos Associados férias num apartamento no Alvor, pertença da ASSP, a um preço irrisório.

No plano de atividades da DN e da ASSP em geral, regista-se:

- Houve várias renegociações com fornecedores, no sentido de obter condições mais favoráveis para a Associação e os seus Associados.
- Publicaram-se 4 BI, 14 Newsletters e 3 Pastas Partilhadas. Elaborou-se uma nova Brochura ASSP, atualizada e integrada no plano de divulgação da ASSP.
- Contactaram-se várias Instituições de Educação com o intuito de dar a conhecer a ASSP. Realizaram-se reuniões com Direções-Gerais do Ministério da Educação (DGE e DGAE), com a Secretaria de Estado do Ensino Superior, com a Associação dos Estabelecimentos do Ensino Particular e Cooperativo, com o Conselho Nacional de Educação e com o Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup).
- A Contabilidade foi externalizada, tendo-se contratado a empresa Tojal Conta, com benefícios económicos e funcionais face à situação anterior.
- Foi iniciada a acreditação da ASSP como Centro de Formação junto do Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) e da DGERT – Direção-Geral do Emprego e das Relações de Trabalho.
- Realizaram-se 3 Conselhos Consultivos, em junho, em setembro e em novembro.
- No Conselho Consultivo de setembro foi feita uma reflexão sobre o posicionamento atual da ASSP e sobre quais as principais oportunidades e ameaças.
- Realizaram-se 2 Assembleias Gerais (aprovação do Relatório de Gestão e Contas de 2019 e do Plano de Atividades e Orçamento para 2021).
- Na Assembleia Geral de Novembro p.p. foi aprovado o aumento da quotização. Em Dezembro procedeu-se à atualização no site e dos demais documentos sobre esta nova realidade.

Chegou-se ao fim de 2020 com a esperança que o ano de 2021 nos viesse proporcionar a tranquilidade para que solidariamente se possa continuar a fazer da ASSP uma grande Associação de Professores.

A adesão de cerca de 214 novos Professores é demonstrativa, neste ano particularmente difícil,

de uma dinâmica, que só uma Instituição de referência, desejada por muitos Professores, está em condições de alcançar.

Importa ter presente que, neste documento, quem presta contas à comunidade associativa são todos os Órgãos da Associação, isto é, a Direção Nacional e as Direções de todas as Delegações, formando um todo e em que os resultados quantitativos e qualitativos apresentados por cada Direção interagem com o trabalho e com os resultados de todas as outras, tendo todos que assumir as perdas e os prejuízos de uns face aos ganhos de outros. Os resultados deste saldo constituem a prestação de contas a fornecer aos Associados, que são, legitimamente, os principais interessados.

3. Atividades das Delegações

Os Relatórios das Atividades das Estruturas da ASSP apresentam-se em Anexo próprio e transcrevem, segundo um modelo previamente estabelecido, o resultado das atividades realizadas pelas Delegações. Muitas dessas Atividades estavam previstas nos respetivos Planos, outras foram surgindo, mostrando, mesmo num ano muito difícil, a dinâmica das Delegações com os Professores, com os Associados e com a Comunidade.

O quadro seguinte resume a situação em 31/12/2020 dos Associados da ASSP.

	01/01/20	Novos	Desistentes	Falecidos	Recuperações e Mudanças	31/12/20	Diferença
Açores	362	6	5	7	-1	355	-7
Algarve	571	3	12	5	0	557	-14
Aveiro	707	27	15	15	3	707	0
Beja	148	5	4	0	1	150	2
Coimbra	459	9	12	5	1	452	-7
Évora	446	9	2	5	0	448	2
Guimarães	191	2	10	0	0	183	-8
Leiria	403	8	12	6	1	394	-9
Lisboa	2927	60	44	40	8	2911	-16
Madeira	209	4	7	1	0	205	-4
Portalegre	209	2	5	5	0	201	-8
Porto	1742	32	28	24	6	1728	-14
Santarém	241	2	2	7	-1	233	-8
Setúbal	1612	34	19	23	2	1606	-6
Viseu	317	2	8	4	-2	305	-12
S/ Delegação	147	9	4	2	-4	146	-1
Total	10691	214	189	149	14	10581	-110

II - RELATO ECONÓMICO E FINANCEIRO

Atividade Económica na ASSP

As quatro Residências da ASSP, como não poderia deixar de ser, continuam a ser as principais destinatárias de recursos da Associação (com um total agregado de gastos que ultrapassa os 3.2 M€) e como tal, aquelas que têm merecido uma particular atenção.

Durante o ano de 2020, a taxa de ocupação média nas nossas Residências foi de 96,82%, menos 1,16 pontos percentuais face ao valor registado no ano anterior. Apesar da diminuição, a taxa de ocupação obtida continua a ser considerada excecional para este tipo de atividade, atendendo, nomeadamente, à vasta concorrência que existe no setor e ao atual enquadramento económico e social, largamente influenciado pelo contexto epidemiológico que vivemos, que dificulta, não só o exercício da referida atividade, como também torna mais difícil a captação de novos utentes e acentua drasticamente os riscos associados a essa atividade, bem como os respetivos encargos no sentido de os minimizar.

Residências

Estruturas	Camas			Serviços Prestados	
	Capacidade	Ocupação média	Taxa ocupação	Valor	%
Setúbal	62	61,33	98,92%	1 198 431,41 €	41,58
Carcavelos	39	38,75	99,36%	741 436,15 €	25,73
Aveiro	30	28,42	94,72%	535 255,75 €	18,57
Porto	26	23,50	90,38%	406 977,18 €	14,12
Somas	157	152,00	96,82%	2 882 100,49 €	100,00

Nas demais atividades, embora residuais na alocação de recursos, tem-se procurado o rumo para o equilíbrio, o que nem sempre se tem conseguido, embora esteja definida a estratégia para o atingir.

Contas de Exploração

Apresentam-se as contas de exploração parciais da ASSP, agrupando-se da seguinte forma:

- Órgãos Sociais e Serviços Centrais
- Residências
- Recursos Nacionais
- Atividades das Delegações
- Infraestruturas Nacionais
- Projetos

Órgãos Sociais e Serviços Centrais

Os órgãos sociais e os serviços centrais registaram um resultado de 337.115,16€, valor que representa um menor desempenho face ao exercício económico transato de 4,38%. O menor resultado líquido teve como principais fatores explicativos a expressiva queda na obtenção de quotas junto dos Associados da ASSP, por um lado, e a venda de um terreno com uma menos valia de 62.750€, pelo outro.

	Serviços Centrais	Assembleia Geral	Direcção Nacional	Conselho Consultivo	Conselho Fiscal	Total	2019	Variação
RENDIMENTOS	776 399,30 €	- €	- €	- €	- €	776 399,30 €	793 923,61 €	-2,21%
Prestações de serviços	5 980,10 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 980,10 €	17 291,52 €	-65,42%
Quotizações e Jólías	747 174,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	747 174,14 €	776 632,09 €	-3,79%
Subsídios, doações e legados à exploração	23 245,06 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	23 245,06 €	0,00 €	0,00%
GASTOS	399 830,22 €	958,81 €	12 246,17 €	863,91 €	42,30 €	413 941,41 €	443 764,11 €	-6,72%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	164,07 €	1,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	165,51 €	11 497,18 €	-98,56%
Fornecimentos e serviços externos	203 626,95 €	957,37 €	12 246,17 €	863,91 €	42,30 €	217 736,70 €	234 020,79 €	-6,96%
Gastos com o Pessoal	196 039,20 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	196 039,20 €	198 246,14 €	0,00%
Resultado bruto	376 569,08 €	-958,81 €	-12 246,17 €	-863,91 €	-42,30 €	362 457,89 €	350 159,50 €	3,51%
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS	5 520,57 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	5 520,57 €	30 621,58 €	-81,97%
Outros rendimentos	103 360,24 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	103 360,24 €	62 988,55 €	64,09%
Outros gastos	97 839,67 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	97 839,67 €	32 366,97 €	202,28%
Resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos	382 089,65 €	-958,81 €	-12 246,17 €	-863,91 €	-42,30 €	367 978,46 €	380 781,08 €	-3,36%
Gastos com depreciações e de amortizações	17 459,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	17 459,14 €	17 997,11 €	-2,99%
Imputação subsídio para investimento	13 868,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	13 868,31 €	13 868,31 €	0,00%
Resultado operacional	378 498,82 €	-958,81 €	-12 246,17 €	-863,91 €	-42,30 €	364 387,63 €	376 652,28 €	-3,26%
Gastos de financiamento	27 272,47 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	27 272,47 €	24 102,39 €	13,15%
Resultado líquido	351 226,35 €	-958,81 €	-12 246,17 €	-863,91 €	-42,30 €	337 115,16 €	352 549,89 €	-4,38%

Residências

No que concerne à atividade das Residências, no ano de 2020 registou-se uma significativa melhoria do resultado líquido desses estabelecimentos em cerca de 55 mil euros. Apesar de se ter mantido o cenário negativo final do exercício anterior, consideramos que importa realçar o facto do desempenho económico das Residências da ASSP em 2020 ter sido amplamente penalizado pelas medidas de combate à propagação da doença COVID-19, tendo suportado encargos diretamente relacionados com a readaptação dos estabelecimentos em 103.898,41€, assim como outros custos indiretamente relacionados como é o caso do aumento dos encargos com pessoal.

	Residência de Carcavelos	Residência do Porto	Residência de Setúbal	Residência de Aveiro	Total	Total 2019	Varição
RENDIMENTOS							
Prestações de serviços	742 958,06 €	408 688,26 €	1 205 653,84 €	554 761,52 €	2 912 061,68 €	2 774 800,42 €	4,95%
Subsídios, doações e legados à exploração	741 436,15 €	406 977,18 €	1 198 431,41 €	535 255,75 €	2 882 100,49 €	2 768 284,66 €	4,11%
	1 521,91 €	1 711,08 €	7 222,43 €	19 505,77 €	29 961,19 €	6 515,76 €	359,83%
GASTOS							
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	701 142,70 €	422 879,75 €	1 225 224,11 €	581 054,76 €	2 930 301,32 €	2 776 432,74 €	5,54%
Fornecimentos e serviços externos	939,50 €	185,87 €	13 752,03 €	5 065,69 €	19 943,09 €	14 034,43 €	42,10%
Gastos com o Pessoal	277 840,67 €	183 961,58 €	499 038,98 €	237 761,61 €	1 198 602,84 €	1 127 887,26 €	6,27%
	422 362,53 €	238 732,30 €	712 433,10 €	338 227,46 €	1 711 755,39 €	1 634 511,05 €	4,73%
	41 815,36 €	-14 191,49 €	-19 570,27 €	-26 293,24 €	-18 239,64 €	-1 632,32 €	-1217,41%
Resultado bruto							
	-15 887,72 €	27 603,72 €	5 152,35 €	10 184,92 €	27 053,27 €	28 925,06 €	-6,47%
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS							
Outros rendimentos	3 404,22 €	28 325,33 €	6 818,49 €	11 615,65 €	50 163,69 €	39 534,33 €	26,89%
Outros gastos	19 291,94 €	721,61 €	1 666,14 €	1 430,73 €	23 110,42 €	10 609,27 €	117,83%
	25 927,64 €	13 412,23 €	-14 417,92 €	-16 108,32 €	8 813,63 €	27 292,74 €	-67,71%
Resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos							
	54 084,97 €	35 382,61 €	100 017,53 €	36 618,64 €	226 103,75 €	252 926,38 €	-10,60%
Gastos com depreciações e de amortizações							
Reversão gastos com depreciações e de amortizações	44 930,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 930,15 €	0,00 €	
Imputação subsídio para investimento	0,00 €	0,00 €	0,00 €	29 249,55 €	29 249,55 €	37 546,62 €	-22,10%
Resultado operacional							
	16 772,82 €	-21 970,38 €	-114 435,45 €	-23 477,41 €	-143 110,42 €	-188 087,02 €	-23,91%
Gastos de financiamento							
	20 450,45 €	3 907,32 €	354,06 €	0,00 €	24 711,83 €	35 318,38 €	-30,03%
Resultado Líquido							
	-3 677,63 €	-25 877,70 €	-114 789,51 €	-23 477,41 €	-167 822,25 €	-223 405,40 €	24,88%

Recursos Nacionais – 2020

A tabela que se segue descreve os gastos operacionais incorridos ao longo do ano de 2020 relativamente a cada uma das Delegações. A comparação desta tabela com os valores do ano de 2019 permite-nos apurar um aumento generalizados dos encargos destas Delegações, sendo que no cômputo geral, o dispêndio de recursos foi superior em 17,08%

	FSE	Pessoal	Depreciações	Total	Total 2019	Variação
Açores	2 265,03 €	11 569,88 €	8 885,10 €	22 720,01 €	15 475,69 €	46,81%
Algarve	2 504,83 €	18 420,06 €	22 222,67 €	43 147,56 €	31 069,75 €	38,87%
Aveiro	45,48 €	0,00 €	0,00 €	45,48 €	- €	0,00%
Beja	429,14 €	6 170,18 €	0,00 €	6 599,32 €	411,40 €	1504,11%
Coimbra	17 827,84 €	26 480,20 €	11 745,44 €	56 053,48 €	41 102,13 €	36,38%
Évora	3 300,67 €	24 311,91 €	6 284,14 €	33 896,72 €	31 930,48 €	6,16%
Guimarães	2 514,14 €	24 251,19 €	3 480,90 €	30 246,23 €	31 686,54 €	-4,55%
Leiria	624,10 €	0,00 €	1 795,67 €	2 419,77 €	2 907,14 €	-16,76%
Lisboa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	- €	0,00%
Madeira	3 015,85 €	13 064,39 €	4 607,38 €	20 687,62 €	22 709,51 €	-8,90%
Portalegre	1 593,03 €	12 586,14 €	3 865,60 €	18 044,77 €	18 654,92 €	-3,27%
Porto	9 004,83 €	11 675,62 €	0,00 €	20 680,45 €	19 574,81 €	5,65%
Santarém	1 811,59 €	4 273,84 €	5 793,97 €	11 879,40 €	11 046,77 €	7,54%
Setúbal	1 500,00 €	0,00 €	0,00 €	1 500,00 €	- €	0,00%
Viseu	12 429,98 €	0,00 €	0,00 €	12 429,98 €	12 878,68 €	-3,48%
TOTAL	58 866,51 €	152 803,41 €	68 680,87 €	280 350,79 €	239 447,82 €	17,08%

Atividade das Delegações

Quanto às atividades desenvolvidas pelas Delegações é incontornável o impacto que o, ainda atual, contexto pandémico trouxe aos números que se apresentam na tabela abaixo descrita. O resultado de 42.055,35€ obtido em 2019 diminuiu significativamente para 5.884,53€ no exercício de 2020.

	Gastos	Rendimentos	Resultado	Total 2019	Variação
Açores	841,51 €	1 120,00 €	278,49 €	6 016,36 €	-95,37%
Algarve	21 395,53 €	5 448,65 €	-15 946,88 €	2 584,77 €	-716,96%
Aveiro	1 077,69 €	3 025,01 €	1 947,32 €	1 775,71 €	9,66%
Beja	1 470,16 €	1 529,00 €	58,84 €	716,02 €	-91,78%
Coimbra	21 300,54 €	31 016,96 €	9 716,42 €	8 120,00 €	19,66%
Évora	14 628,70 €	14 223,46 €	-405,24 €	5 003,80 €	-108,10%
Guimarães	10 034,70 €	2 611,61 €	-7 423,09 €	5 982,41 €	-224,08%
Leiria	1 900,15 €	2 120,10 €	219,95 €	296,86 €	-25,91%
Lisboa	0,00 €	0,00 €	0,00 €	- €	0,00%
Madeira	2 600,79 €	2 160,00 €	-440,79 €	3 772,62 €	-111,68%
Portalegre	928,50 €	2 822,00 €	1 893,50 €	4 021,64 €	-52,92%
Porto	3 857,69 €	851,50 €	-3 006,19 €	754,18 €	298,60%
Santarém	51 278,11 €	49 348,83 €	-1 929,28 €	6 924,29 €	-127,86%
Setúbal	6 310,39 €	28 070,35 €	21 759,96 €	427,57 €	-5189,22%
Viseu	2 151,98 €	1 313,50 €	-838,48 €	1 978,38 €	-57,62%
Total	139 776,44 €	145 660,97 €	5 884,53 €	42 054,35 €	-86,01%

Projetos

No que concerne aos projetos da ASSP, através da tabela abaixo ilustrada fomos capazes de verificar que, apesar dos condicionaisismos provocados pela COVID19, o projeto ASSP XL manteve um trajeto que podemos considerar estável, verificando-se um resultado negativo, é certo, mas pouco mais negativo que no ano de 2019 (-2.658,26€).

Quanto ao Projeto Terras de Santa Maria, o resultado líquido obtido foi negativo em 43.091,73€, valor que representa um aumento do resultado negativo obtido no ano anterior em 15.227,17€. No entanto, sobre os encargos relacionados com este projeto, importa realçar as despesas extraordinárias, incorridas no início do ano de 2020, relacionadas com as obras de preparação do novo espaço onde este projeto agora se desenvolve que mais que superam o referido aumento dos resultados negativos (16.342,94€).

	ASSP TSM - Aveiro			ASSP XL - Guimarães			
	2020	2019	Variação	2020	2019	Variação	Total
RENDIMENTOS							
Prestações de serviços	47 717,55 €	82 797,31 €	-42,37%	61 437,49 €	80 883,47 €	-24,04%	109 155,04 €
Subsídios, doações e legados à exploração	2 160,00 €	0,00 €	0,00%	8 000,00 €	3 720,28 €	0,00%	10 160,00 €
GASTOS							
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	538,22 €	1 481,00 €	-63,66%	1 594,83 €	1 638,87 €	-2,69%	2 133,05 €
Fornecimentos e serviços externos	50 573,12 €	58 916,46 €	-14,16%	38 108,00 €	52 881,49 €	-27,94%	88 681,12 €
Gastos com o Pessoal	41 975,78 €	54 020,46 €	-22,30%	32 442,29 €	30 930,82 €	4,89%	74 418,07 €
Resultado bruto	-43 209,57 €	-31 620,61 €	-36,65%	-2 707,63 €	-847,43 €	-219,51%	-45 917,20 €
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS							
Outros rendimentos	1 047,00 €	0,00 €	0,00%	50,11 €	0,00 €	0,00%	1 097,11 €
Outros gastos	929,16 €	0,00 €	0,00%	0,74 €	0,00 €	0,00%	929,90 €
Resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos	-43 091,73 €	-31 620,61 €	-36,28%	-2 658,26 €	-847,43 €	-213,68%	-45 749,99 €
Gastos com depreciações e de amortizações	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €	0,00 €	0,00%	0,00 €
Resultado Líquido	-43 091,73 €	-31 620,61 €	-36,28%	-2 658,26 €	-847,43 €	-213,68%	-45 749,99 €

Quadro Final – Demonstração de Resultados ASSP

No seu todo, a ASSP apresentou em 2020 um resultado negativo em 188.596,49€, valor que reflete uma queda 34.902,42€ face ao ano de 2019. Contudo, na análise a este número realçamos, uma vez mais, dois fatores que são absolutamente decisivos, e extraordinários à normal atividade da ASSP, e que não podem deixar de ser tomados em consideração quando da análise destas contas, nomeadamente, a venda de um terreno com uma menos valia de 62.750€, em janeiro de 2020, e a necessidade de incorrer em expressivos encargos com a readaptação das Residência da ASSP que, de forma direta, superaram os 100 mil euros. Expurgando estes 2 fatores, o ano de 2020 refletiria uma melhoria de resultados para a ASSP em 131.745,99€.

	Residências	Recursos Nacionais	Atividades Delegações	Infraestruturas	Projectos	Total	2019	Variação
RENDIMENTOS	776 399,30 €	2 912 061,68 €	15 830,49 €	30 708,02 €	119 315,04 €	3 959 535,04 €	4 091 927,11 €	
Prestações de serviços	5 980,10 €	2 882 100,49 €	711,00 €	25 817,42 €	109 155,04 €	3 116 197,19 €	3 315 295,02 €	-6,01%
Quotizações e Jólis	747 174,14 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	747 174,14 €	776 632,09 €	-3,79%
Subsídios, doações e legados à exploração	23 245,06 €	29 961,19 €	15 119,49 €	4 890,60 €	10 160,00 €	96 163,71 €	36 518,56 €	163,33%
GASTOS	413 941,41 €	2 930 301,32 €	209 739,17 €	70 059,50 €	165 232,24 €	3 927 376,33 €	4 007 812,41 €	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	165,51 €	19 943,09 €	0,00 €	492,64 €	2 133,05 €	24 202,55 €	49 274,95 €	-50,88%
Fornecimentos e serviços externos	217 736,70 €	1 198 602,84 €	56 935,76 €	19 885,00 €	88 681,12 €	1 717 498,55 €	1 845 726,48 €	-6,95%
Gastos com o Pessoal	196 039,20 €	1 711 755,39 €	152 803,41 €	49 681,86 €	74 418,07 €	2 185 675,23 €	2 112 810,98 €	3,45%
Resultado bruto	362 457,89 €	-18 239,64 €	-193 908,68 €	-32 882,18 €	-45 917,20 €	32 158,71 €	120 633,26 €	-73,34%
OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS								
Outros rendimentos	103 360,24 €	50 163,69 €	12 229,86 €	40 385,62 €	1 097,11 €	217 264,49 €	145 014,83 €	49,82%
Outros gastos	97 839,67 €	23 110,42 €	2 830,75 €	526,64 €	929,90 €	126 856,29 €	55 848,73 €	127,14%
Resultado antes de depreciações, gastos financeiros e impostos	367 978,46 €	8 813,63 €	-184 509,57 €	5 884,53 €	-45 749,99 €	122 566,91 €	209 799,36 €	-41,58%
Gastos de depreciação e de amortização	17 459,14 €	226 103,75 €	68 680,87 €	34 983,35 €	0,00 €	347 227,11 €	380 392,43 €	-8,72%
Reversão gastos com depreciações e de amortizações	0,00 €	44 930,15 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	44 930,15 €	0,00 €	0,00%
Imputação subsídio para investimento	13 868,31 €	29 249,55 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	43 117,86 €	76 015,01 €	-43,28%
Resultado operacional	364 387,63 €	-143 110,42 €	-253 190,44 €	5 884,53 €	-45 749,99 €	-136 612,19 €	-94 578,06 €	44,44%
Gastos de financiamento	27 272,47 €	24 711,83 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	51 984,30 €	59 116,01 €	-12,06%
Resultado Líquido	337 115,16 €	-167 822,25 €	-253 190,44 €	5 884,53 €	-45 749,99 €	-188 596,49 €	-153 694,07 €	22,71%

Por último, na leitura da tabela acima ilustrada é ainda importante salientar, por um lado o impacto positivo que as correções às amortizações dos Ativos Fixos Tangíveis tiveram no resultado líquido (impacto descrito na nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras) e, por outro lado dar a saber que, os registos contabilísticos relacionados com o serviço de dívida junto da Caixa Geral da Depósito encontram-se influenciados, de forma significativa, pelo facto de não ser conhecido pela ASSP o montante de juros que foram capitalizados nos empréstimos que esta tem junto da CGD, na sequência da moratória que lhe foi solicitada. Por esse motivo, o registo contabilístico das responsabilidades relativas a crédito junto de Instituições Financeiras foi feito com base na informação disponível na Central de Responsabilidades de Crédito do Banco de Portugal.

Fundo de Solidariedade Social da ASSP

O Fundo de Solidariedade Social (FSS) é um recurso estratégico que permite à ASSP dar respostas concretas a situações prementes de necessidade social dos seus associados. A situação do FSS é a seguinte:

- Disponibilidades do FSS em 2019/12/31 62.183,27€
- Utilização do Fundo em 2020 -25.425,31€
- Disponibilidades do FSS em 2020/12/31 36.757,96€

Sobre este tema, é importante salientar a importância de se reforçar o valor disponível no Fundo de Solidariedade Social da ASSP de forma a garantir o cumprimento do seu objeto social sem entropias de maior.

Serviço de dívida a médio e longo prazo

No que concerne à dívida à banca a médio e longo prazo, no ano de 2020 registou-se uma inversão do sentido em que a ASSP caminhou nos 4 exercícios económicos anteriores. O aumento da exposição bancária em 283.401,02€, de forma genérica, foi uma consequência de, por um lado, o recurso a um novo crédito junto do Banco Santander no valor de 350.000,00€ e, por outro lado, da suspensão do pagamento de prestações a partir do mês de março.

	2016	2017	2018	2019	2020
Dívida Inicial	3 515 221,78 €	2 916 761,82 €	2 341 651,09 €	1 884 225,49 €	1 572 935,09 €
Amortizações	598 459,96 €	575 110,73 €	457 425,60 €	361 290,40 €	90 237,89 €
Dívida contraída ano	0,00 €	0,00 €	0,00 €	50 000,00 €	373 638,91 €
Dívida final	2 916 761,82 €	2 341 651,09 €	1 884 225,49 €	1 572 935,09 €	1 856 336,11 €
Varição na dívida	-598 459,96 €	-575 110,73 €	-457 425,60 €	-311 290,40 €	283 401,02 €
Juros pagos	80 651,90 €	62 049,36 €	61 794,04 €	60 074,74 €	51 984,30 €
Serviço da dívida	679 111,86 €	637 160,09 €	519 219,64 €	421 365,14 €	142 222,19 €

Quanto a esta tabela, na sua interpretação é importante recordar a nota acima descrita relativamente ao facto da ASSP desconhecer, por certo, o montante de juros que foram capitalizados relativamente aos empréstimos detidos junto da Caixa Geral de Depósitos na sequência da moratória solicitada junto dessa Instituição Financeira.

Regularidade contributiva e fiscal

A ASSP encerrou o ano de 2020 com a sua situação fiscal e contributiva plenamente regularizada.

III - APLICAÇÃO DE RESULTADOS

No ano de 2020, como reflexo da atividade desenvolvida, obteve-se um Resultado Líquido do Exercício negativo no valor de 188.596,49€, pelo que a Direção Nacional propõe que o mesmo seja transferido para Resultados Transitados, de forma a ser coberto por resultados positivos atingidos em anos anteriores.





IV - DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2 020	2 019
Vendas e serviços prestados	6	3 863 371,33 €	4 050 668,99 €
Subsídios, doações e legados à exploração	7	96 163,71 €	36 518,56 €
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	24 202,55 €	49 274,95 €
Fornecimentos e serviços externos	6	1 717 498,55 €	1 845 726,48 €
Gastos com o pessoal	6	2 185 675,23 €	2 112 810,98 €
Outros rendimentos	6	260 382,35 €	262 287,96 €
Outros gastos	6	126 856,29 €	55 848,73 €
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		165 684,77 €	285 814,37 €
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4,5	302 296,96 €	380 392,43 €
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	-	136 612,19 €	94 578,06 €
Juros e rendimentos similares obtidos	6	- €	958,73 €
Juros e gastos similares suportados		51 984,30 €	60 074,74 €
Resultado líquido do período	-	188 596,49 €	153 694,07 €

A Direcção

O Responsável

Em conformidade com dados existentes e conhecidos.

Assinado por: **ANTÓNIO JOAQUIM LUCAS**

Num. de Identificação: 08385039

Data: 2022.02.03 22:44:12+00'00'

Localização: Lisboa, 03-02-2022

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados.

Atributos certificados: **Membro da OCC nº 1603.**

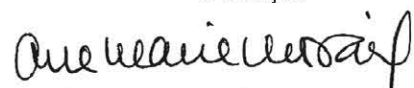



ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Valores em euros

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	13 769 713,86 €	14 452 660,49 €
Ativos intangíveis		- €	129,99 €
Investimentos financeiros		21 497,42 €	17 143,51 €
		13 791 211,28 €	14 469 933,99 €
Ativo corrente			
Clientes	8	31 629,68 €	23 243,00 €
Estado e outros entes públicos	8	36 176,85 €	45 840,60 €
Outros créditos a receber	8	145 819,51 €	154 937,47 €
Diferimentos	8	7 774,59 €	10 422,05 €
Caixa e depósitos bancários		573 172,73 €	297 280,68 €
		794 573,36 €	531 723,80 €
Total do ativo		14 585 784,64 €	15 001 657,79 €
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	8	227 846,54 €	253 271,85 €
Reservas	8	64 865,42 €	64 865,42 €
Resultados transitados	8	8 753 392,55 €	8 907 086,62 €
Outras variações nos fundos patrimoniais	8	2 913 762,59 €	2 973 001,28 €
		11 959 867,10 €	12 198 225,17 €
Resultado líquido do período	8	- 188 596,49 €	- 153 694,07 €
Total dos fundos patrimoniais		11 771 270,61 €	12 044 531,10 €
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	8	1 868 636,11 €	1 331 981,09 €
Outras dívidas a pagar	8	38 272,00 €	38 272,00 €
		1 906 908,11 €	1 370 253,09 €
Passivo corrente			
Fornecedores	8	157 926,80 €	144 667,23 €
Estado e outros entes públicos	8	59 439,43 €	58 239,22 €
Financiamentos obtidos	8	391 463,26 €	843 254,00 €
Outros passivos correntes	8	298 776,43 €	540 713,15 €
		907 605,92 €	1 586 873,60 €
Total do passivo		2 814 514,03 €	2 957 126,69 €
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		14 585 784,64 €	15 001 657,79 €

A Direcção

Em conformidade com dados existentes e conhecidos.

Assinado por: ANTONIO JOAQUIM LUCAS

Num. de Identificação: 08385039

Data: 2022.02.03 22:40:40+00'00'

Localização: Lisboa, 03-02-2022

Certificado por: Ordem dos Contabilistas

Certificados.

Atributos certificados: Membro da OCC n° 1603.



ASSP - Associação Solidariedade Social dos Professores
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(valores em euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		4 064 381,62 €	3 951 463,65 €
Pagamentos de subsídios		- €	- €
Pagamentos de apoios		- €	- €
Pagamentos de bolsas		- €	- €
Pagamentos a fornecedores		1 983 814,56 €	2 070 067,32 €
Pagamentos ao pessoal		1 422 531,69 €	1 401 799,50 €
Caixa gerada pelas operações		658 035,37 €	479 596,83 €
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		- €	- €
Outros recebimentos/pagamentos		- 484 825,44 €	- 269 720,43 €
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		173 209,93 €	209 876,40 €
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		32 051,33 €	89 111,35 €
Ativos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		7 195,46 €	7 001,82 €
Outros ativos		- €	- €
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		100 000,00 €	- €
Ativos intangíveis		- €	- €
Investimentos financeiros		2 841,55 €	983,67 €
Outros ativos		- €	- €
Subsídios ao investimento		- €	- €
Juros e rendimentos similares		- €	- €
Dividendos		- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		63 594,76 €	95 129,50 €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		734 000,00 €	376 000,00 €
Realização de fundos		- €	- €
Cobertura de prejuízos		- €	- €
Doações		- €	- €
Outras operações de financiamentos		- €	- €
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		681 868,68 €	361 290,40 €
Juros e gastos similares		13 043,96 €	60 074,74 €
Dividendos		- €	- €
Redução de fundos		- €	- €
Outras operações de financiamento		- €	- €
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		39 087,36 €	45 365,14 €
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		275 892,05 €	69 381,76 €
Efeito das diferenças de câmbio		- €	- €
Caixa e seus equivalentes no início do período		297 280,68 €	227 898,82 €
Caixa e seus equivalentes no fim do período		573 172,73 €	297 280,58 €

A Direcção

António Joaquim Lucas
António Joaquim Lucas

O Responsável

Em conformidade com dados existentes e conhecidos.

Assinado por: **ANTÓNIO JOAQUIM LUCAS**

Num. de Identificação: 08385039

Data: 2022.02.03 22:42:36+00'00'

Localização: Lisboa, 03-02-2022

Certificado por: **Ordem dos Contabilistas**

Certificados.

Atributos certificados: **Membro da OCC n° 1603.**



V - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O anexo visa complementar a informação financeira apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e as políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas Normas de Contabilidade e Relato Financeiro.

1. Identificação da entidade:

1.1. Designação da entidade: Associação de Solidariedade Social dos Professores

1.2. Sede: Largo do Monte, 1, 1170-253 Lisboa

1.3. Natureza da atividade: Atividades de Apoio Social para pessoas idosas, com alojamento

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as alterações resultantes do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de junho e de acordo com a Estrutura Conceptual (EC), Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) sendo supletivamente aplicadas as NCRF, as Normas Interpretativas (NI), as Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB e respetivas Interpretações (SIC/IFRIC).

2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL) que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC-ESNL.

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do exercício anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2020 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do exercício de 2019.

3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

3.1. Principais políticas contabilísticas

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS (§ 7)

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis obtidos a título gratuito estão mensurados pelo justo valor, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções: 10 a 50 Anos

Equipamento básico: 1 a 10 Anos

Equipamento de transporte: 4 Anos

Equipamento administrativo: 1 a 10 Anos

Outros ativos fixos tangíveis: 1 a 5 Anos

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas Outros Rendimentos ou Outros Gastos.

ATIVOS INTANGÍVEIS (§ 8)

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

As amortizações de um ativo intangível com vida útil finita são calculadas, após a data de início de utilização, de acordo com o modelo de consumo dos benefícios económicos. Quando o referido modelo não puder ser determinado, após o início de utilização dos bens, utiliza-se o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado, tendo em consideração o valor residual.

RÉDITO (§12)

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;

- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade;
- Os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação podem ser fiavelmente mensurados.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

CONTABILIZAÇÃO DOS SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS (§ 14)

Os subsídios governamentais, incluindo os não monetários pelo justo valor, são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis são registados nos Fundos Patrimoniais e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

Igual procedimento é aplicado às doações com a finalidade de compensar gastos ou de financiar a aquisição de ativos depreciables.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS (§ 17)

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes, utentes e outras dívidas de terceiros: as dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Fornecedores e outras dívidas a terceiros: as dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu custo (valor nominal) dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.
- Empréstimos: os empréstimos, utilizando uma das opções da NCRF 27, são registados no passivo pelo custo.

- Periodizações: as transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos, quando não são insignificantes, são registados nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” e “Diferimentos”.
- Caixa e Depósitos bancários: os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor.

BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS (§ 18)

A Entidade atribui os seguintes benefícios aos empregados:

- Benefícios a curto prazo: incluem ordenados, salários, contribuições para a segurança social, ausências permitidas a curto prazo.

Estes benefícios são contabilizados no mesmo período temporal em que o empregado prestou o serviço.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas

Não houve alterações às políticas contabilísticas seguidas na ASSP.

4. Ativos fixos tangíveis:

4.1. As bases de mensuração utilizadas para determinar a quantia escriturada bruta estão descritas no ponto 3.1 (§ 7).

Ativos Fixos Tangíveis e Obras em Curso

	2020	2019
Saldo inicial	20 178 111,99 €	20 162 344,26 €
Aumentos patrimoniais	31 582,30 €	89 111,35 €
Correções	-249 611,96 €	-73 343,62 €
venda imobilizado	-162 750,00 €	0,00 €
Saldo final	19 797 332,33 €	20 178 111,99 €

No tabela acima ilustrada, que explica as alterações às rubricas de Ativo Fixos Tangíveis e Obras em Curso, destaca-se o elevado montante de correções verificado no ano de 2020. Esse valor está relacionado integralmente com a conclusão de um processo jurídico que opunha a ASSP à sociedade que foi responsável pela construção da Residência de Carcavelos, devido a anomalias detetadas na construção desse edifício e que não foram aceites pela referida construtora. Depois de anos a lutar em tribunal, a ASSP viu confirmado o seu direito a receber a garantia prestada pelo construtor da execução adequada da obra da Residência de Carcavelos.

A referida correção levou a uma diminuição da quantia escriturada da Residência de Carcavelos, facto que motivou uma correção das amortizações reconhecidas nos exercícios anteriores, desde o início da sua utilização, no valor de 44.930,15€

As depreciações são calculadas pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

Depreciações Acumuladas de AFT e OC

	2020	2019
Saldo inicial	5 725 451,50 €	5 345 825,74 €
Depreciações do ano	347 097,12 €	379 625,76 €
Reversões de depreciações	44 930,15 €	0,00 €
Saldo final	6 027 618,47 €	5 725 451,50 €

4.2. - Os imóveis de Carcavelos, Lisboa, Porto e Setúbal estão dados como garantia dos empréstimos.

5. Ativos intangíveis:

5.1. As bases de mensuração utilizadas para determinar a quantia escriturada bruta estão descritas no ponto 3.1 (§ 8).

Ativos Intangíveis

	2020	2019
Saldo inicial	129,99 €	896,66 €
Investimentos	0,00 €	0,00 €
Depreciações do ano	129,99 €	766,67 €
Saldo final	0,00 €	129,99 €

6. Gastos e Rendimentos

6.1. CMVMC e Fornecimento e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020, as rubricas de “Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias consumidas” e “Fornecimentos e Serviços Externos” apresentavam a seguinte decomposição:

CMVMC e Fornecimentos e Serviços Externos

	2020	2019
CMVMC	24 202,55 €	49 274,95 €
Fornecimentos sob contrato	534 671,27 €	511 939,78 €
Trabalhos especializados	82 573,39 €	67 762,53 €
Publicidade e propaganda	14 438,58 €	19 352,75 €
Vigilância e segurança	4 793,15 €	3 382,33 €
Honorários	200 550,11 €	331 817,83 €
Conservação e reparação	118 856,21 €	105 872,44 €
Ferramentas e utensílios	15 529,01 €	10 348,81 €
Livros e documentação técnica	5 278,84 €	2 473,88 €
Material de escritório	16 036,07 €	14 666,80 €
Artigos para oferta	1 352,88 €	1 691,12 €
Material hoteleiro	30 085,60 €	9 734,84 €
Materiais para atividades	1 542,77 €	5 618,71 €
Eletricidade	91 518,25 €	104 256,64 €
Combustíveis e lubrif.	2 119,84 €	3 195,62 €
Água	40 213,42 €	46 445,73 €
Gás	63 368,57 €	62 885,02 €
Deslocações e estadas	56 343,03 €	104 388,16 €
Rendas e alugueres	31 690,13 €	33 082,53 €
Comunicações	49 343,59 €	58 581,72 €
Seguros	23 650,88 €	13 627,99 €
Contencioso e notariado	1 876,00 €	154,00 €
Limpeza, higiene e conforto	150 677,15 €	119 172,88 €
Rouparia	4 758,29 €	3 013,84 €
Produtos de farmácia	7 943,51 €	4 880,42 €
Encargos saúde utentes	17 817,01 €	3 880,24 €
Viagens e passeios	39 554,20 €	190 544,71 €
Outros Fornecimentos e serviços	110 916,80 €	12 955,16 €
Total FSE	1 741 701,10 €	1 895 001,43 €

6.2. Gastos com pessoal

Gastos com o pessoal

	2020	2019
6321-Remunerações certas	1 460 877,97 €	1 432 006,42 €
6323-Remunerações Variáveis	309 944,27 €	280 168,99 €
634-Indemnizações	3 674,90 €	4 038,61 €
635-Encargos sobre remunerações	369 727,32 €	361 951,12 €
636-Seguros Acidentes Trabalho	25 961,55 €	28 258,46 €
638-Outros gastos com pessoal	15 489,22 €	6 387,38 €
Total dos Gastos com pessoal	2 185 675,23 €	2 112 810,98 €

6.3. Rédito

a) As políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito estão expressas no ponto 3.1.

b) As categorias mais significativas de rédito durante este período foram as seguintes:

Prestação de Serviços

	2020	2019
Matrículas e Mensalidades de Utentes	2 839 190,15 €	2 704 942,45 €
Quotizações e joias	748 507,64 €	777 602,09 €
Atividades Sociais, Culturais e Recreativas	193 251,19 €	471 265,29 €
Outras Prestações de Serviços	81 522,35 €	96 859,16 €
Total Prestação de Serviços	3 862 471,33 €	4 050 668,99 €

Outros rendimentos

	2020	2019
Donativos	81 905,47 €	81 023,29 €
Consignação de Imposto	53 092,03 €	48 377,49 €
Imputação de subsídios/doações para investimentos	59 238,69 €	68 304,81 €
Outros rendimentos	66 146,16 €	64 582,37 €
Total Outros rendimentos	260 382,35 €	262 287,96 €

Juros e dividendos	0,00 €	958,73 €
---------------------------	---------------	-----------------

6.4. Relativamente a donativos, destacam-se:

- 10.000,00€ de Vimor, de Setúbal
- 4.030,80€ de Maria Isabel Carrasquinho, de Setúbal

7. Subsídios e apoios do Governo:

7.1. Subsídios reconhecidos nos Fundos patrimoniais

Conta do Razão		Índice de Ref. ^a	Movimentos em 2020			Saldos em 31/12/2020	
Nº	Descrição		Saldos em 31/12/2019	Aumentos	Anos anteriores		Reposições
5931	PIDDAC	Paineis	362 439,66			9 537,89	352 901,77
5932	IFAP		144 339,67			3 356,74	140 982,93
5933	FEDER-Aveiro		0				0
5934	ProRural Açores		38 670,43			831,97	37 838,46
Total Subsídios			545 449,76	0,00	0,00	13 726,60	531 723,16
5941	Alice M Magalhães		509 970,78			14 365,39	495 605,39
5942	Emília Albarraque Costa		172 484,31				172 484,31
5943	Aveiro		1 622 413,95			29 249,55	1 593 164,40
5945	M ^a Conceição C. Ferreira		122 682,48			1 897,15	120 785,33
Total Doações			2 427 551,52	0,00	0,00	45 512,09	2 382 039,43
Total variações fundos			2 973 001,28	0,00	0,00	59 238,69	2 913 762,59

7.2. Em 2020 e 2019, a ASSP recebeu os seguintes subsídios à exploração estatais e de entidades públicas:

Subsídios, doações e legados à exploração

	2020	2019
Centro Atividades - Coimbra	5 896,00 €	6 836,40 €
Medida extraordinária COVID-19	20 467,68 €	0,00 €
IEFP	27 543,06 €	12 332,16 €
Autarquias	20 272,16 €	15 250,00 €
IFAP	16 588,92 €	0,00 €
Doações e Heranças	5 395,89 €	2 100,00 €
Total	96 163,71 €	36 518,56 €

8. Instrumentos financeiros:

8.1. Fundos Patrimoniais

Nos anos de 2019 e 2020 houve a seguinte evolução nos Fundos Patrimoniais da ASSP:

Nome Conta	Saldo em 31-12-2018	Afetação do resultado	Movimentos	Saldo em 31-12-2019	Afetação do resultado	Movimentos	Saldo em 31-12-2020
Fundo Social Inicial	191 088,58 €			191 088,58 €			191 088,58 €
Fundo Solidariedade Social	77 983,38 €		-15 800,11 €	62 183,27 €		-25 425,31 €	36 757,96 €
Fundos	269 071,96 €	0,00 €	-15 800,11 €	253 271,85 €	0,00 €	-25 425,31 €	227 846,54 €
Campo de Férias	47 282,17 €			47 282,17 €			47 282,17 €
Projetos	17 583,25 €			17 583,25 €			17 583,25 €
Outras reservas	64 865,42 €	0,00 €	0,00 €	64 865,42 €	0,00 €	0,00 €	64 865,42 €
Outros resultados transitados	9 164 198,33 €	-26 541,30 €	-230 570,41 €	8 907 086,62 €		-153 694,07 €	8 753 392,55 €
Resultados transitados	9 164 198,33 €	-26 541,30 €	-230 570,41 €	8 907 086,62 €		-153 694,07 €	8 753 392,55 €
Subsídios	527 971,03 €		17 478,73 €	545 449,76 €		-13 726,60 €	531 723,16 €
Doações	2 473 063,61 €		-45 512,09 €	2 427 551,52 €		-45 512,09 €	2 382 039,43 €
Outras variações no CP	3 001 034,64 €	0,00 €	-28 033,36 €	2 973 001,28 €		-59 238,69 €	2 913 762,59 €
Resultado Líquido Exercício	-26 541,30 €	26 541,30 €	-153 694,07 €	-153 694,07 €	153 694,07 €	-188 596,49 €	-188 596,49 €
	12 472 629,05 €	0,00 €	-428 097,95 €	12 044 531,10 €	153 694,07 €	-426 954,56 €	11 771 270,61 €

A evolução das contas de terceiros nestes dois anos é a seguinte:

Terceiros-Valores a receber

	2020	2019
Clientes e utentes	31 629,68 €	23 243,00 €
Estado e outros entes públicos	36 176,85 €	45 840,60 €
Outras contas a receber	145 819,51 €	154 937,47 €
Diferimentos	7 774,59 €	10 422,05 €
Total valores a receber	221 400,63 €	234 443,12 €

Terceiros-Valores a pagar

	2020	2019
Fornecedores	157 926,80 €	144 667,23 €
Estado e outros entes públicos	59 439,43 €	58 239,22 €
Financ. Obtidos Corrente	391 463,26 €	843 254,00 €
Financ. Obtidos Não Corrente	1 868 636,11 €	1 331 981,09 €
Outras contas a pagar-Corrente	298 776,43 €	540 713,15 €
Outras contas a pagar-Não Corrente	38 272,00 €	38 272,00 €
Total valores a pagar	2 814 514,03 €	2 957 126,69 €

9. Benefícios dos empregados

9.1. Número médio de empregados durante o ano: 146.

Durante o ano de 2020, verificaram-se 49 entradas, algumas delas para substituição de baixas prolongadas e 50 saídas.

9.2. Número de membros dos órgãos diretivos:

- 16 membros nos Órgãos Sociais Nacionais (Assembleia Geral, Direção Nacional e Conselho Fiscal);
- 152 membros nos Órgãos Sociais Regionais.
- Os órgãos diretivos da ASSP não são remunerados.

10. Acontecimentos após a data do balanço

Após a data do balanço não ocorreram acontecimentos que levassem a ajustamentos no balanço e/ou na demonstração dos resultados ou a divulgações no respetivo anexo.

VI - RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Relatório:

1. Nos termos da alínea b) do n.º 2 do artigo 38.º, do n. 1 do artigo 44.º dos Estatutos e do mandato que nos conferiram, submetemos à vossa apreciação o nosso relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida e o parecer sobre o Relatório da Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas pela Direção Nacional da Associação de Solidariedade Social dos Professores, relativamente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.
2. Em consequência da pandemia, cujos efeitos se verificaram durante a maior parte do ano de 2020, não pudemos acompanhar a atividade da Associação. Não obstante, analisámos com a atenção devida os documentos contabilísticos daquele ano.
3. Em resultado desta análise contabilística, verificámos que:
 - 3.1 – as Demonstrações Financeiras foram preparadas tendo por base uma contabilidade organizada de acordo com as disposições legais em vigor no país;
 - 3.2 – as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são os adequados às circunstâncias, estão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro aplicável às Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) em todos os aspetos materialmente relevantes e explicitados no Anexo ao balanço e às demonstrações de resultados e dos fluxos de caixa;
 - 3.3 – o Relatório da Gestão é suficientemente esclarecedor da atividade da direção e das limitações impostas pela pandemia, evidenciando os aspetos mais significativos;
 - 3.4 – a proposta de aplicação dos resultados é a única possível, face aos prejuízos relatados.
4. – Analisámos a Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com a qual concordamos.

Parecer:

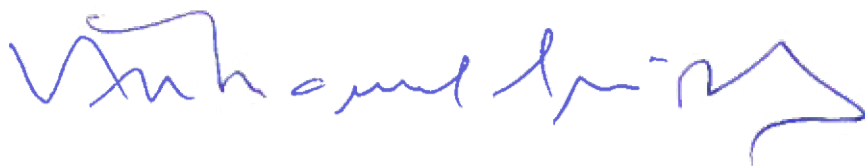
5. – Em face do exposto, somos de parecer que a Assembleia Geral

5.1 – Aprove o Relatório da Gestão e as Demonstrações Financeiras apresentadas.

5.2 – Aprove a proposta de aplicação dos resultados.

Lisboa, 25 de março de 2021

Pel'O Conselho Fiscal



Vasco Alves

VII - CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS / RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **Associação de Solidariedade Social dos Professores**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 14.585.784,64 euros e um total de fundos patrimoniais de 11.771.270,61 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 188.596,49 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião sem reserva

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidade do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com a ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

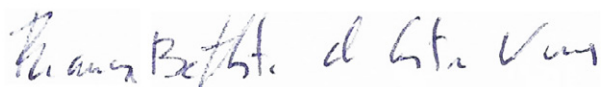
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos Legais e Regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 19 de março de 2021



Francisco Baptista de Castro Torres
(ROC n° 1019)



ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL
DOS PROFESSORES